

A queda de Colombo e o deslocamento do eixo português do Índico para o Atlântico, século XVII.*

The fall of Colombo and the axis shift of Portuguese from the Indian Ocean to the Atlantic, 17th century

Érica Lôpo de Araújo

Professora adjunta da Universidade Federal do Piauí. Vencedora do prêmio Katia Mattoso de História 2018 e Autora de *A arte de mandar: trajetória de um nobre português a serviço do império – Bahia, Portugal, Goa, séc. XVII*. Salvador: Edufba, 2019.

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo demonstrar as disputas em torno da cidade de Colombo, na Ilha de Ceilão (atual Sri Lanka), uma das principais possessões do Estado português da Índia nos séculos XVI e XVII, e sua consequente queda para o domínio holandês em 1656. Dentre os elementos que corroboraram com esta perda territorial, esse estudo evidenciará que para além da ausência de homens para a guerra em razão do deslocamento de soldados e esforços para defesa das fronteiras do Estado do Brasil, cuja importância crescera para o reino de Portugal, a corrupção interna despoitou como elemento fundamental para a perda daquele importante ponto de apoio para a circulação oceânica.

PALAVRAS-CHAVE: Circulação oceânica;- Queda; Império português

ABSTRACT

This article aims to demonstrate the dispute over the city of Colombo, on the island of Ceylon (present-day Sri Lanka), one of the main possessions of the Portuguese state of India in the 16th and 17th centuries, and its consequent fall for the Dutch power in 1656. Among the elements that corroborated this territorial loss, this study will show that in addition to the absence of men for war due to the displacement of soldiers and efforts to defend the borders of the State of Brazil, whose importance had grown for the kingdom of Portugal, internal corruption has emerged as a key element in the loss of that important foothold for the ocean circulation.

KEYWORDS: Ocean circulation; Fall; Portuguese Empire

*Artigo recebido em de 1 de outubro de 2019 e aprovado para publicação em 1 de novembro de 2019.
Navigator: subsídios para a história marítima do Brasil. Rio de Janeiro, V. 15, nº 30, p. 124-140 – 2019.

mas o elo essencial de união de pontos de apoio na terra firme, “o próprio corpo do império” (1998, p. 352). Em sintonia com Hespánha e Santos, Luís Filipe Thomaz afirmou que as relações estabelecidas pelos portugueses no chamado Estado da Índia não se referiam a um espaço contínuo ou geograficamente bem definido, nem seguiam um padrão: caracterizavam-se por “[...] um conjunto de territórios, estabelecimentos, bens, pessoas e interesses administrativos, geridos ou tutelados pela Coroa portuguesa no Oceano Índico e mares adjacentes ou nos territórios ribeirinhos, do Cabo da Boa Esperança ao Japão” (1994, p. 207).

Para além de discussões em torno da expressão “Estado da Índia”, é preciso chamar atenção para a difícil conceituação até mesmo do termo “Índia” no século XVI, utilizado de modo bastante impreciso e elástico. Sua falta de exatidão chegava a incluir territórios como Etiópia e África Oriental, para não dizer, tudo aquilo que era conhecido da Ásia. Tal vocábulo poderia ser encontrado tanto na sua forma singular, *índia*, quanto no plural, *índias*, ou ser ainda “vagamente aplicado a quaisquer regiões desconhecidas e misteriosas a leste ou sudeste do mediterrâneo” (BOXER, 2000, p. 37).

Retornando ao Estado português da Índia, ali, seus estabelecimentos em terra existiam e se justificavam em função da rede marítima da qual faziam parte e que os englobava, configurando certa indiferença pelo domínio territorial, situação evidenciada pela diversidade dos modos de aquisição das posições em terra, aos quais correspondiam diversas modalidades de estatuto (THOMAZ, 1994, p. 216). Desse modo, nem o mar, nem as instituições barravam o desenvolvimento do império português, pautado através de uma pluralidade de unidades políticas que por vezes comportam-se como entidade

soberana, ou como empresa comercial, demonstrando heterogeneidade em seus limites espaciais, em suas instituições e em seus limites jurídicos¹. Desse modo, fortalezas, feitorias, possessões, ou um governo mais tradicional, inspirado no modelo metropolitano, compunham as descontínuas fronteiras lusas (HESPANHA; SANTOS, 1998, pp. 353-358)

No que tange aos Estados asiáticos na Época Moderna, estes poderiam ser divididos em duas grandes categorias: a primeira delas seria composta por sólidas formações imperiais de base agrária, a saber: os Otomanos, os Safávidas, Vijayanagar e os Mogores, os Ming, na China, e os Mataram, em Java. No extremo oposto estariam estados minúsculos, geralmente costeiros, como Quíloa, Ormuz, Calecute ou Malaca, essencialmente comerciais, tendo sua economia baseada no controle de pontos estratégicos das principais rotas comerciais (SUBRAHMANYAM, 1993, pp. 16-17).

A disparidade de estatutos políticos dos territórios que compunham o império português na “Índia” refletia tanto a disparidade cultural local, quanto a capacidade portuguesa de absorção das circunstâncias naqueles espaços específicos. Nos primeiros tempos, a ocupação territorial tinha como objetivo viabilizar a rede de comércio e, desse modo, a aquisição territorial se efetuou por conveniência estratégica. Dentre as diferentes formas de relacionamento com os territórios, existiam espaços submetidos ao rei pela força das armas, a exemplo de Goa e Malaca, ou através de doações voluntárias pelos potentados locais, como se deu em Salsete, Bardez, Baçaim e Damão. Havia ainda fortalezas-feitorias, cujo estabelecimento era moldado por acordos com as entidades políticas locais, a exemplo das fortalezas da costa do Canará, Malabar e da costa oriental africana, onde se caracterizavam situações de extraterritorialidade, uma

vez que não ocorria cedência de soberania (CARDIM; MIRANDA, 2015, pp. 69-70).

Durante o tempo dos Filipes (1580-1640), o Estado português da Índia era composto por cerca de cinquenta colônias e possessões oficiais de importância bastante variada. Em grande parte dos casos, “[...] o domínio português não ultrapassava os subúrbios da base, embora por vezes se estendesse a parcelas significativas do território confinante [...]” (DISNEY, 1981, p. 29). Em um extremo teríamos cidades mais desenvolvidas, como Damão e Baçaim, na costa do Guzerate, Colombo, na ilha de Ceilão, ou Goa, no Concão. Do outro lado existiam pequenos postos, como Sena, no Zambeze, onde, por volta de 1630, não havia nem fortaleza e nem mesmo um único canhão operacional.

Apesar da coexistência de modelos institucionais diversos, foi criada, em 1505, no Estado português da Índia, uma capital que pretendia constituir um centro de poder mediante aquelas diferentes formas de organização na cidade de Cochim². O estabelecimento de um vice-reinado, implicava na duplicação de “[...] atribuições jurídicas reais através da delegação desses poderes majestáticos num representante do rei”. A delegação de tais poderes se justificava em razão do “absenteísmo dos reis nas zonas em que foram instituídos; a dificuldade, frequentemente associada à morosidade das comunicações entre o rei e os territórios sobre os quais pretendia exercer soberania efectiva” (SANTOS, 1998, pp. 38-42).

Alguns anos mais tarde, em 1530, dar-se-ia a transferência da capital para a cidade de Goa, escolhida em virtude de sua localização geográfica estratégica, mais ou menos no meio da costa ocidental da Índia, entre as zonas do Guzerate (produtor de anil e têxteis) e as terras produtoras de pimenta do Canará e Malabar, como o lugar que iria subordinar os espaços às redes. A capitali-

dade relacionava-se diretamente com a gênese de todo aparelho burocrático, associada à figura do rei e à administração central, e tinha seu funcionamento condicionado à sedentarização em um espaço urbano (SANTOS, 1998, pp. 29-35).

Observava-se grande dificuldade de circulação de pessoas e produtos tanto dentro do próprio Índico quanto entre este e o reino (uma vez que o tempo médio de torna-viagem Lisboa-Goa era de 18 meses e, no caso das possessões mais afastadas, poderia até mesmo ser duplicado), e essa era uma das principais justificativas para a delegação de vastos poderes aos detentores daquele governo (SANTOS, 1998, pp. 29-35). Embora o correio vindo de Goa para Lisboa levasse em média quatro meses para chegar à Europa (já que usava uma rota diferente daquela das armadas), o retorno dessa correspondência só poderia se dar quando houvesse uma embarcação para fazer a viagem, o que não acontecia com muita frequência. (DISNEY, 2011, pp. 258-259). Além disso, precisava-se respeitar a monção, aspecto climático que se aliava à longa distância, aumentando bastante o tempo para a comunicação com o reino³. Feita essa breve introdução acerca da “Índia” e Estado português da Índia, centrar-se-á na Ilha de Ceilão a fim de trazer uma melhor caracterização desse espaço.

AS DISPUTAS EM TORNO DE CEILÃO

As cidades marítimas da Ilha de Ceilão, a exemplo de Colombo, encontravam-se mais ligadas às rotas oceânicas do que a uma circulação doméstica, o que permitia que esta região estivesse estrategicamente no caminho da travessia de Malaca para Bengala e nenhuma embarcação poderia circular entre esses dois lugares sem ser avistada dali. Tal vantagem geográfica teria feito enriquecer capitães de Colombo,

que saquearam navios que faziam aguada ali vindos da China, do Golfo de Bengala ou de Malaca (FLORES, 1998, pp. 58-59).

Em virtude de seu posicionamento geográfico estratégico, a ilha era parte integrante do coração da defesa portuguesa na Ásia, compondo a cadeia de fortes da costa ocidental da Índia, juntamente com Diu (região do Guzerate) e Cochim (costa do Malabar), sendo, por isso, um dos poucos lugares em que existiam companhias de exército permanentes. Todas essas razões contribuíam para que Ceilão fosse o lugar onde as forças portuguesas e holandesas terminariam por travar batalhas de campo em escalas comparáveis às lutas existentes no Brasil (WINIUS, 1971, pp. X-XI).

Desde a virada do século XVI para XVII, os portugueses viviam tempos difíceis e seus privilégios na Índia seriam cada vez mais desafiados, tanto pelos rivais locais quanto por outros europeus e ainda pela ação combinada destes. Com a criação da Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC) e da Companhia Britânica das Índias Orientais (EIC), no mesmo período, em 1602, Portugal passou a enfrentar inimigos europeus na Rota do Cabo e Ásia Marítima. A partir dessa data observou-se não apenas um aumento do número de inimigos, mas também o fortalecimento destes. No que diz respeito ao Império mongol⁴, por exemplo, a criação das referidas companhias de comércio inimigas dos portugueses teve uma importância especial, pois os reis Jahangir (1605-1627) e Shan Jahan (1627-1658) souberam se utilizar bem das rivalidades entre os europeus a seu favor. Em 1613, Jahangir concedeu autorização aos ingleses para possuírem um entreposto comercial em Surate, dando origem a uma guerra com os portugueses que duraria dois anos (AMES, 2000, p. 150).

De acordo com George Davison Winius, o primeiro sinal de declínio na Ásia se deu

com a perda portuguesa do controle naval, em 1606, quando embarcações da VOC realizaram o primeiro bloqueio a Goa (WINIUS, 1971, pp. XII-XIX). Especialmente a partir da década de 1620, essas duas companhias de comércio não deram sossego para Portugal e a VOC se implantou como potência marítima europeia dominante no sudeste asiático insular. Em 1622 deu-se a queda de Ormuz contra uma armada iraniana-inglesa. Na década de 1630, o domínio Habsburgo recebeu duros golpes tanto de europeus (bloqueio sazonal de Goa pela VOC) quanto de locais⁵.

Os conflitos e perdas territoriais portugueses não se limitavam ao Índico. No contexto Atlântico, a partir da década de 1620, a hostilidade dos holandeses se mostrara patente contra o império português. A invasão e o domínio de Salvador, em 1624, bem como a ocupação das capitânicas do Norte, em 1630, e a invasão do Estado do Maranhão e de Angola, nos anos 1640, demonstravam que cada vez mais a guerra hispano-holandesa se transporia para o ultramar. Apesar de um acordo firmado em 1636 com a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais (WIC), os anos de 1640 não trariam melhores ventos. Desde o princípio dessa década, em 1641, deu-se a queda de Malaca para a VOC e, com a Restauração de Portugal⁶ ocorrida no ano anterior, novos desafios dificultaram a organização de uma contraofensiva para reaver esse importante território (DISNEY, 2011, pp. 271-275).

Com a perda de Malaca, a parte oriental marítima do Estado da Índia passou a incluir apenas Macau e o distante Timor. A década de 1650 se iniciou com a perda de Mascate (principal possessão portuguesa na costa arábica) e entre os anos de 1652 e 1654, ocorreram sucessivas perdas na costa de Canará (Barçalor, Mangalor e Onor foram tomadas pelos Naiaks e Ikkeri com apoio holandês), sem contar a inva-

são pelo sultão de Bijapur de alguns territórios de Goa (DISNEY, 2011, pp. 271-275).

Esse quadro geral, contudo, demonstra a existência de apenas dois dos três tipos de adversários a serem enfrentados naquela “batalha” portuguesa para manter os seus domínios no Estado da Índia. Além dos europeus, que buscavam a sua “parte no bolo” no mundo Oriental e dos inúmeros reis locais com os quais se buscava sempre conservar harmonia quando não se podia dominar, existia ainda outro inimigo para combater, nem sempre muito explícito: o inimigo interno.

Antônio Rodrigues da Costa, conselheiro do Conselho Ultramarino, escreveu um parecer, no ano de 1732, que tratava sobre os três perigos existentes no campo da política ultramarina, especialmente no que diz respeito à preservação das colônias, e que poderiam ser definidos em dois gêneros: os externos e os internos. Os externos se caracterizariam pelo uso da força e da violência que as outras nações poderiam fazer, enquanto os internos seriam aqueles que poderiam ser causados pelos naturais do país e até mesmo pelos vassallos. Existiria ainda um terceiro tipo de perigo que derivaria dos outros dois em questão e era mais arriscado, “que é quando a força externa se une com a vontade e a força interna dos mesmos vassallos e naturais” (FIGUEIREDO, 2006, p. 191). Essa concepção construída ao longo dos anos em sua atividade no Conselho Ultramarino parece bem útil para o caso que se buscará demonstrar.

Se até mesmo dentro do Reino de Portugal enfrentavam-se grandes dificuldades para a organização do exército, a situação no Estado da Índia era significativamente pior. Penúria poderia definir bem a situação dos exércitos locais, se for mesmo possível chamá-los de exércitos. Apenas em poucos espaços a guerra estava organizada, ainda que de modo incipiente,

em companhias, como nos arraiais de Ceilão e nos rios de Cuama (BLANCO, 1992, pp. 272-183). Fora desses espaços, não existiam chefes permanentes, nem tampouco treinamento ou unidade dentro dos exércitos, de modo que estes se agrupavam apenas em situações de combate. Os soldados que os compunham eram, em sua maioria, ex-presidiários. E mesmo esses indivíduos se tornavam cada vez mais escassos em razão da guerra em diversas partes do império e, mais especialmente, da sistemática transferência de homens para o Brasil dominado pelos holandeses. O deslocamento de homens para a defesa do Estado do Brasil das mais diversas partes do reino e império português era uma realidade.

Em 1644, após receber sucessivos pedidos de auxílio do então governador do Estado do Brasil, Antônio Telles da Silva, para a defesa de Salvador, o Conselho Ultramarino escreveu um parecer ao rei D. João IV em que disse ter a Bahia a maior importância entre as conquistas, trazendo maior rendimento para o reino, e completou: “se se perder [a Bahia], se ficará perdendo todo o Brasil”⁷. Tal pedido reverberou pelos quatro cantos do reino e império e o governador do reino do Algarve recebeu abundante correspondência sobre o envio de homens para a armada que ia de socorro ao Brasil em resposta à ocupação holandesa da ilha de Itaparica, ocorrida em junho de 1646 (BOXER, 2004, pp. 264-265). Dentre os documentos em questão escritos pelo rei D. João IV, um deles falava sobre os três mil e quinhentos infantes necessários para a armada que deviam passar ao Brasil a fim de recuperar, “a defesa e conservação de todo este reino, que tanto depende daquele Estado e seu comércio”⁸.

Mas a ausência de recursos e treinamento não eram as únicas razões para desordens internas. Segundo M. Fitzler, a cobiça, o roubo, o egoísmo e a política errada corrompiam lenta e eficazmente as conquistas do

Estado da Índia através dos capitães-gerais, vedores, feitores e capitães (1928, pp. 11-27). Nas principais cidades do Estado da Índia, funcionários régios acumulavam à sua função o ofício da mercancia. Como o comércio trazia muitas recompensas financeiras, era, muitas vezes, privilegiado em relação à defesa das muralhas das fortalezas, sua obrigação primeira. Essa situação se concretizava especialmente nos lugares mais afastados de Goa, ou seja, mais distantes dos olhos do vice-rei (BLANCO, 1992, pp. 243-244).

Diante de tantas perdas, os lugares que permaneceram sob domínio português tornaram-se cada vez mais cobiçados pelos vassallos da coroa e Colombo-Ceilão, tornou-se especialmente atrativo em virtude das receitas que poderia fornecer, pois representava a maior e mais rica possessão individual portuguesa no Estado da Índia, sendo responsável por uma parte significativa da produção de canela. O comércio de elefantes, mesmo que nunca feito em grande escala, trazia lucros significativos, pois os elefantes provenientes daquela ilha eram geralmente considerados os melhores, sendo vistos como animais nobres e detentores de habilidades especiais para aprender em curtos períodos de tempo, fator que contribuía para sua riqueza (BIERDERMANN, 2014, pp. 150-163). Portanto, a viagem anual ao Ceilão era um dos mais importantes empreendimentos comerciais do Estado da Índia e tinha como objetivo primordial carregar para além de canela e elefantes, armas, estatuetas de marfim, entre outros produtos que seriam transportados para Goa em pequenas esquadras de galeotas ou lanchas (DISNEY, 1981, p. 39).

Na maior parte do Estado da Índia, à exceção das cercanias de Goa, as distâncias conduziam a administração a um elevado estado de descentralização que resultava em câmaras locais e capitães de fortaleza praticamente autônomos. Eventualmente,

os vice-reis faziam uma visita em outros espaços e sua presença seria sentida, ainda que temporariamente. Mas tais visitas, além de raras, eram rápidas. Tudo isso corroborava com o estabelecimento de poderes locais muito mais fortes do que a Coroa desejaria, nos quais os capitães das fortalezas rodeavam-se de criados e parentes que formariam uma clientela submissa (DISNEY, 1981, p. 260-261). Dessa forma, uma maneira eventual para solucionar o problema era confiar cargos importantes a aliados políticos e clientes a fim de firmar influência nas partes mais distantes. Mas esse recurso nem sempre se encontrava disponível em virtude da impossibilidade das autoridades levarem consigo um número satisfatório de homens, que em última instância, dependia da confirmação régia. Além disso, a ação de aliados em postos importantes não era garantia de sucesso naquelas praças longínquas, nas quais tudo e todos pareciam ser mais facilmente corruptíveis. Essa hipótese de que quanto mais distantes do rei, mais suscetíveis à corrupção estariam os vassallos, está em consonância com um sermão proferido pelo padre Antônio Vieira na capela real no ano de 1655, quando este afirmou que:

Nos Brasis, nas Angolas, nas Goas, nas Malacas, nos Macaus, onde o rei se conhece só por fama, e se obedece só por nome; aí são necessários os criados de maior fé, e os talentos de maiores virtudes. [...] Se em Portugal, se em Lisboa, onde os olhos do rei se vêem e os brados do rei se ouvem, faltam a sua obrigação os homens de grandes obrigações, que será (em regiões longínquas?) Que será naquelas regiões remotíssimas, onde o rei, onde as leis, onde a justiça, onde a verdade, onde a razão, e até mesmo Deus parece que está longe? (2001, p. 158).

Para se compreender as disputas por Ceilão, é necessário retroagir alguns anos a fim de melhor compreender o contexto daquelas partes, bem como os personagens que habitavam aquele espaço na década de 1650. Desde o ano de 1645, Manuel Mascarenhas Homem ocupava o posto de capitão-geral da praça de Colombo. A compreensão do histórico de serviços e origem deste oficial é dificultada pela existência de um homônimo contemporâneo que teria servido no Brasil, o que levou muitos autores a confundir-los. Tudo indica que Manuel Mascarenhas foi capitão-geral de São Tomé de Maliapur, em 1639, e capitão-geral de Cochim (WINIUS, 1971, p. 191). Pouco antes da Restauração, no ano de 1640, recebeu a atribuição de comandar um comboio de ajuda à ilha de Ceilão, contudo, contrariando ordens, teria se dirigido, com D. Brás de Castro, para Tuticorim⁹, sendo depois presos em Goa em virtude do não cumprimento da missão. Negligência e covardia são os fatores apontados como as razões desse fiasco. Contudo, como a falta de fidalgos era grande, foram ambos rapidamente reabilitados (WINIUS, 1971, pp. 124-125).

É possível entrever da documentação que, no exercício do seu ofício como capitão geral de Colombo, Manuel Mascarenhas era desafeto dos religiosos daquela praça (especialmente dos franciscanos), que algumas vezes escreveram ao monarca queixando-se de seus procedimentos. Não foi possível ter acesso a essas cartas, mas em virtude desses protestos, antes de sair de Lisboa, o vice-rei Conde de Óbidos, que iniciou seu vice-reinado em 1652, recebeu uma carta do rei pedindo-lhe que averiguasse as queixas apresentadas por esses religiosos¹⁰. Como resposta a tais reclamações, a tríade governativa que antecedeu o Conde de Óbidos já tinha escrito ao monarca e relatou sobre grandes merecimentos e qualidades de Manuel

Mascarenhas. Segundo os governadores, naquelas partes não existia sujeito com mais zelo e amor ao serviço régio¹¹.

Acerca da relação entre o vice-rei e o capitão de Colombo, é importante destacar que em uma missiva régia Manuel Mascarenhas Homem foi referido como “sobrinho” do vice-rei¹². Como não existe relação de parentesco entre esses personagens, infere-se que tal forma de tratamento referia-se a uma relação de aliança entre esses dois oficiais, fator que possivelmente influenciaria a resposta do vice-rei sobre a conduta de seu “sobrinho”. Tal como fizeram os seus antecessores, o Conde escreveu ao monarca isentando o capitão-geral de quaisquer acusações e justificando que estas tinham sido feitas por seus desafetos, mas que não havia razão para lhe fazer advertência. Corroborando com a defesa de Manuel Mascarenhas Homem, o ouvidor-geral, João Álvares Carrilho, afirmou que a suposta carta teria sido escrita por três ou quatro religiosos que tinham vida escandalosa, a quem o capitão-geral teria repreendido e que tal carta seria uma represália¹³.

Todas essas respostas em defesa de Manuel Mascarenhas o indicam como um homem bem relacionado em Goa, pessoa que buscava se conservar no ofício em Colombo¹⁴. Contudo, para além do episódio referido no ano de 1640, outras pistas apontam que Manuel Mascarenhas era incompetente e desleixado no seu ofício. Desde setembro de 1652 (quando do início do governo do Conde de Óbidos), os holandeses tinham declarado oficialmente guerra ao Ceilão e, mesmo com essa comunicação, o capitão-geral não tinha fortificado a cidade, nem os fortes, nem organizou as armas no período de paz. Seu comportamento não condizia com o posto que ocupava e, na véspera do início do cerco holandês, chegou a proibir os soldados de falarem sobre guerra¹⁵.

Esse clima de insegurança deu origem a um motim interno liderado pelos soldados do arraial de Manicaravare, causando mortes e revolta, bem como a deposição de Lopo Barriga – capitão-mor daquele arraial e aliado do capitão geral. Segundo uma carta escrita por Manuel Mascarenhas, a população (que este não especifica quem é) amedrontada com uma possível invasão holandesa e vendo suas praças desamparadas, destituiu os homens de guerra. Sobre o motim, o capitão-geral escreveu duas cartas nos dias 11 e 12 de novembro de 1652 ao vice-rei solicitando sua saída imediata daquele posto. Na missiva em questão, Manuel Mascarenhas iniciou relatando que os holandeses estavam se apossando de várias fortalezas, com sucesso, em razão do motim que os soldados tinham empreendido contra o capitão-geral, acusando-o de traidor, e, por essas razões, pedia, insistentemente, que fosse destituído do cargo¹⁶. É interessante notar que, a fim de se justificar, o capitão-geral dissimulou a ordem dos fatos, invertendo-os. Dizia que o assalto holandês era resultado do motim, quando se tratava do contrário: a iminente invasão inimiga e o sentimento de medo teriam conduzido a população a usurpar o poder para melhor defender-se. A Câmara de Colombo se mostraria solidária ao capitão-geral e no mesmo dia 11 enviou uma carta para o vice-rei que confirmava os acontecimentos narrados por este e solicitava o envio de uma armada capaz de conter o inimigo¹⁷.

A respeito desse episódio sobreviveram três cartas escritas por D. Antônia Pimentel, esposa de Manuel Mascarenhas Homem, entre os meses de dezembro de 1652 e março de 1653. Apesar de naturalmente tendenciosas em virtude de terem sido escritas por sua mulher, estas cartas trouxeram detalhes preciosos para uma melhor compreensão sobre o caso. A descrição

dos acontecimentos começou identificando os envolvidos como parentes: Lopo Barriga, capitão-mor do campo, que foi o primeiro homem a ser deposto, foi referido como genro de Manuel Mascarenhas Homem; Estevão Homem foi identificado como seu filho e Luís de Miranda e Nicolau de Brito como seus sobrinhos. Sobre Lopo Barriga, dizia que sua única culpa era ser genro de Manoel Mascarenhas Homem, que julgavam ser traidor, acusando-o de ter vendido a cidade aos holandeses¹⁸.

A carta trouxe ainda muitos pormenores, mas aqui interessa, sobretudo, pensar que o fato do capitão-geral ter um comportamento tão desleixado no que dizia respeito à conservação daquela cidade poderia ter conduzido os moradores ao pensamento de que ele a teria vendido. Por outro lado, a atuação de membros da mesma família nos ofícios maiores daquela ilha, cercados de seus parentes e aliados, facilitaria uma vitória caso o objetivo fosse mesmo a venda de Colombo. Esse caso demonstra bem a problemática do governo das praças do Estado da Índia, cujo excesso de independência fugia ao controle do vice-rei, mesmo que a praça em questão fosse liderada por um aliado, como era o caso.

Esse episódio não se mostrou isolado daquele contexto. Foram recorrentes motins populares que marcaram o início da Restauração portuguesa e tinham em comum o discurso da “crença no rei justo, no rei enganado” e na “morte ao mau governo” (OLIVEIRA, 1991, p. 192). Segundo Luciano Figueiredo Raposo, esse conjunto de motins ocorreu entre os anos de 1641 e 1688 e se expandiu da América à Ásia portuguesa, tendo início com a deposição do vice-rei Marquês de Montalvão do Estado do Brasil. Esse episódio girou em torno de uma suspeita de traição que foi habilmente instrumentalizada por grupos locais com os quais este se incompatibilizava. Dentre os

demais exemplos citados pelo autor encontram-se Macau, Rio de Janeiro, Pernambuco e Angola (2001, pp. 320-354).

O bom entrelaçamento de Manuel Mascarenhas Homem nas redes locais, defendido pela Câmara e ouvidor, foi um elemento que dificultou a fiscalização de suas ações enquanto capitão-general. Por isso, após esse episódio, o Conde de Óbidos atentou para o risco de nomear oficiais que tivessem parentes em Colombo e, ao realizar a nomeação de novos oficiais para aquela praça, se mostrou mais vigilante com as redes locais. Na consulta do Conselho de Estado que tratava sobre a nomeação de substituto para Lopo Barriça como capitão-mor do campo, o vice-rei justificou sua recusa à indicação de Lourenço Ferreira de Brito em razão deste ser casado em Colombo e aquele momento não permitir que se nomeassem sujeitos daquelas partes (PISSURLENCAR, 1955, v. 3, pp. 225-229).

A existência daquele motim conduziu a uma série de implicações em Goa: promoveria algumas reuniões do Conselho de Estado para a escolha dos substitutos, envio de auxílio e colocaria em pauta a questão sobre o que fazer com os revoltosos. A reunião para escolha dos oficiais que deveriam partir para Ceilão em substituição aos oficiais depostos só ocorreu mais de dois meses após o início do motim em razão da ausência de homens de qualidade para servir aos ofícios. Esse foi um dos grandes problemas enfrentados pelo Conde de Óbidos: encontrar homens dispostos a ocupar ofícios em lugares de perigo. Tentando sanar essa dificuldade, antes da reunião, o vice-rei escreveu uma carta ao monarca em que solicitava a vinda de profissionais experientes para ocuparem altos postos na Índia. O Conde tratava, precisamente, da falta de um fidalgo que tivesse de todo, ou em partes, talento e experiência para servir de capitão-general

de Ceilão ou do estreito de Ormuz¹⁹. Por essa razão, o vice-rei enviou uma lista de nomes de homens experimentados para que esses ocupassem os ofícios vacantes²⁰. Esta missiva demonstra não apenas a ausência de oficiais experientes, mas a necessidade sentida pelo vice-rei de cercar-se de aliados para auxiliá-lo na tarefa de governar.

Na reunião do Conselho de Estado que tratava da escolha dos oficiais que deveriam se dirigir para Ceilão como capitão-general, capitão de campo e comandante da armada estavam presentes como conselheiros Antônio de Sousa Coutinho²¹, D. Gilianes de Noronha (capitão-geral de Mascate)²², Francisco da Silva Sotomaior (secretário de Estado), Martim Velho Barreto (vedor da fazenda) e o vice-rei. Deveriam estar também presentes, mas não compareceram por estarem doentes, D. Brás de Castro e Francisco de Melo e Castro²³. Dos presentes, três votaram em Francisco de Melo e Castro e um em D. Brás de Castro. Para decidir melhor sobre a questão, o vice-rei determinou que os votos dos ausentes também seriam computados e assim foi feito. Francisco de Melo e Castro votou em Antônio de Sousa Coutinho e D. Brás de Castro sugeriu os nomes do mesmo Sousa Coutinho ou D. Gilianes de Noronha (PISSURLENCAR, 1955, v. III. Doc. 128, pp. 225-229). Isso significa que os que estavam presentes na reunião votaram nos ausentes e estes votaram nos que estavam presentes. Verificou-se, desse modo, um jogo de empurra. Todos tentavam livrar-se da difícil tarefa de ser capitão-general de Ceilão naquele momento de iminente invasão holandesa e logo após a ocorrência de um motim que depôs o capitão-geral e o capitão-mor do campo. Confirma-se, assim, a dificuldade referida pelo Conde de Óbidos em encontrar oficiais naquela terra. Como resolução sobre a questão, a escolha do Conde

de Óbidos recairia sobre a indicação da maioria – Francisco de Melo e Castro –, que foi justificada com o argumento de este ter sido um dos governadores daquele Estado (leia-se, da junta governativa que o antecedeu) e se ter dele notícia de sua autoridade e prudência (PISSURLENCAR, 1955, v. III, Doc. 128, pp. 225-229).

Mas a escolha dos oficiais para a armada que iria em resgate ao Ceilão não significava a substituição imediata dos revoltosos (que naquele momento lutavam contra os holandeses). Alguns meses seriam necessários para o apresto da armada e reunião de todos os recursos necessários. Além da ausência de oficiais para servir, o Conde queixava-se de muitas outras carências para que fosse possível conservar o Estado: faltava engenheiro para trabalhar nas obras dos reparos das fortalezas, munições para os armazéns, soldados, dinheiro e todos os tipos de gêneros que se pode imaginar (PISSURLENCAR, 1955, V. III, Doc. 138, pp. 242-247).

Para além do envio de oficiais para substituírem os revoltosos, era preciso também decidir o que seria feito com estes e optou-se pela concessão de um perdão geral, medida justificada pelas dificuldades vividas naquele tempo, pois proceder contra aqueles insurretos poderia provocar nova desobediência, não sendo, portanto, momento para castigo. Sem falar na ausência de homens e na dificuldade de sua reposição (PISSURLENCAR, 1955, V. III, Doc. 138, p. 242-247).

Decorridos mais de dois meses da eleição dos oficiais que deveriam partir para Ceilão, estes ainda não tinham embarcado. Faltavam os proventos necessários não apenas para Ceilão, mas também para Chengala, Jafanapatão e Manar (todos sob apertado cerco holandês) e para as fortalezas do Canará²⁴. Por isso, em uma reunião do conselho realizada em 15 de abril, deliberou-se sobre a convocação

dos principais da cidade para uma junta a fim de decidir as possibilidades de resolução (PISSURLENCAR, 1955, V. III, Doc. 136, pp. 240-241). No dia seguinte, reunidas as pessoas mais importantes da cidade, foi exposta a situação de crise geral e sugeriram-se empréstimos (para além dos já feitos). Ratificou-se também a decisão tomada em setembro sobre a cobrança das dívidas de particulares à fazenda real. Dentre as formas alternativas de auxílio propostas, os religiosos sugeriram a entrega da prata de seus conventos (daquelas que ainda a tinham) (PISSURLENCAR, 1955, V. III, Doc. 137, pp. 242-247).

Em nova reunião do conselho, o vice-rei sugeriu como medida emergencial que se adotasse a venda geral das fortalezas e mais cargos do Estado da Índia, tal como acontecera durante o governo de D. Jerônimo de Azevedo. Essa era uma resolução drástica e tinha provocado muitas críticas quando de sua deliberação. Na prática, o que se propunha era uma emenda na forma de provimento de cargos que determinava que caso um oficial de fortaleza ou régio falecesse, ou estivesse incapacitado de exercitar sua função, seu posto deveria ser vendido “a quem mais desse” pelo tempo que faltava decorrer até a entrada de novo oficial indicado pelo monarca. Esse procedimento, inaugurado em 1615, foi observado de modo esporádico nos anos seguintes até ser novamente proposto de forma regular pelo Conde de Óbidos (BLANCO, 1992, pp. 1-5).

Depois de tomadas todas essas medidas para angariar recursos para o apresto da armada de Ceilão, esta finalmente lançou-se ao mar entre os dias 16 e 26 de abril de 1653, decorridos cinco meses do motim. O novo capitão-geral, Francisco de Melo e Castro, chegou à cidade de Colombo onze dias após a sua saída de Goa e imediatamente depois da retirada dos holandeses que estavam sendo combatidos

pelos revoltosos (PISSURLENCAR, 1955, v. III, Doc. 141, pp. 257-259). O novo oficial não demoraria muito a tentar esquivar-se do cargo. Em 19 de outubro, decorridos apenas seis meses de ter ingressado naquele ofício, Francisco de Melo de Castro escreveu uma longa carta de onze páginas para o vice-rei Conde de Óbidos em que apresentava todas as razões pelas quais deveria ser poupado de ofício tão lastimoso para o qual afirmava não ter saúde nem idade²⁵.

Não é sabida a data exata de quando deixou o posto de capitão general de Columbo, mas em setembro de 1655, quando ocorreu nova invasão holandesa com auxílio do poderoso rei de Cândia, embora não ocupasse mais aquele posto, provido em Antônio de Sousa Coutinho, ainda se encontrava em Columbo e participou ativamente da defesa daquela cidade. O cerco a Columbo resultou na tomada da cidade pelos holandeses, e aquele território jamais voltaria para o domínio português²⁶.

À GUIA DE CONCLUSÃO: AS RAZÕES DA QUEDA

Os motivos que conduziram à perda de Columbo e, posteriormente, de toda a ilha de Ceilão devem ser pensadas em diferentes níveis. Extrapolando o contexto local, questões relativas à política externa internacional estavam em jogo e impediam um investimento mais significativo nas campanhas militares no Estado da Índia. Como ficou claro na carta que o rei D. João IV enviou para vice-rei em março de 1653, e que fazia uma espécie de balanço das condições vividas pelo reino de Portugal e seu império, os destinos da monarquia portuguesa ainda eram incertos em razão da guerra da Restauração em curso. A ausência de sucessos na luta contra Castela encontrava-se agravada pela rendição de Barcelona e vitórias espanholas em Mon-

ferrato, Dunquerque e Rossilhão²⁷. Além do mais o direcionamento de soldados para a defesa do Brasil, apesar da grave situação de crise no Estado da Índia demonstravam a mudança de eixo em curso, que privilegiava o Atlântico (Estado do Brasil e costa ocidental africana), em lugar do Índico. Ainda no ano de 1647, o rei escreveu aos governadores dos quatro cantos do império com o intuito de informá-los acerca da necessidade urgente de reunir três mil e quinhentos infantes para a armada que devia passar ao Brasil a fim de recuperar, “a defesa e conservação de todo este reino, *que tanto depende daquele Estado e seu comércio*”²⁸. Apesar da década de 1650 trazer boas novas de vitórias contra os holandeses no Brasil, (expulsos de Pernambuco em 1654), a guerra gerava inúmeros gastos, além dos necessários com o envio de embaixadores à Inglaterra para negociações de paz²⁹.

Internamente, foram levantados alguns problemas que merecem ser aqui lembrados a fim de fazer um balanço dos acontecimentos. O desleixo com que o capitão-general de Columbo - Manuel Mascarenhas Homem - desempenhava sua atividade nos conduz à reflexão de que esse poderia estar mais empenhado nas atividades mercantis altamente lucrativas disponíveis naquela localidade e facilmente desenvolvidas em razão da distância de Goa e dificuldade de fiscalização por parte do vice-rei. Como sugeriu Mafalda Fitzler, a cobiça, o roubo, o egoísmo e a política errada corroidam lenta e eficazmente as conquistas do Estado da Índia, em razão da conduta dos inimigos internos: capitães-gerais, vedores e feitores (1928, p. 27).

A ausência de oficiais, decorrente em boa medida, dos problemas externos mencionados parecia ser uma realidade incontornável. Disso resultava a dificuldade encontrada pelo vice-rei para encon-

trar um fidalgo que tivesse de todo, ou em partes, talento e experiência para servir de capitão-geral de Ceilão, como ficou patente no “jogo de empurra” praticado pelos conselheiros de Estado em Goa, que buscavam eximir-se de desempenhar tal ofício, sob as mais diversas justificativas. Quando Francisco de Melo e Castro viu-se obrigado a ocupar o posto, não tardaria a solicitar seu afastamento sob a justificativa de falta de saúde e avançada idade. A carestia que rondava aquele estado também foi um elemento preponderante para a perda territorial de Columbo, pois impossibilitou o pronto envio de mantimentos e armamentos necessários para socorrer aquele território.

Como foi demonstrado, os meios propostos pelo então vice-rei - Conde de Óbidos - para socorrer aquele Estado em um momento de carestia pressupunham a cobrança de dívidas, bem como o sacrifício pessoal dos moradores daquela localida-

de e tais práticas não foram bem-aceitas naquelas partes. Esta postura, associada a outras dificuldades vivenciadas pelo vice-rei o conduziram à deposição e prisão, decorridos apenas treze meses de sua posse, na fortaleza de Nossa Senhora do Cabo, de onde foi remetido a Lisboa, afastando-o para sempre do Estado português da Índia. Esse oficial, contudo, viria a ocupar posto de maior importância no Estado do Brasil e a ele foi atribuído o título de segundo vice-rei do Estado do Brasil (o primeiro, o Marquês de Montalvão fora nomeado ainda no tempo dos Filipenses). Contrariando o percurso traçado por nobres que, inicialmente, ocupavam postos de maior importância no Atlântico, para depois conseguir ascender ao mais alto patamar no Índico, a trajetória do Conde de Óbidos corrobora com a nova hierarquia de importância dos territórios operada em meados do século XVII que privilegia o Atlântico sobre o Índico.

FONTE MANUSCRITAS

- Arquivo Histórico Militar: Cartas de D. João IV para o Conde de Óbidos, governador do Algarve acerca da Armada para o Brasil. 1 / 2 / 1 / 44. Alcântara, 16 jul. 1647.

- Arquivo Histórico Ultramarino (AHG). Livro das Monções, N. 22 A, fl. 94, 23 fev. 1652; fl. 95, 22 jan. 1653; fl. 96-98, 20 nov. 1652; fl. 217-219, 6 mar. 1652; 12 mar. 1653; 23 jan. 1653; f. 423, 23 jan. 1653.

AHG - Livro das Monções, n. 22 B, f. 415-415v, 11 nov. 1652; f. 416-417v, 12 nov. 1652; f. 418-419v, 11 nov. 1652.

AHG - Livro das Monções, n. 23 B (2199 cota nova), fls. 261-262, 21 mar. 1653; f. 281-288v, 19 out. 1653.

AHG - Livro das Monções, N. 24 (2200 cota nova), f. 5. 23 jan. 1654.

AHG - Avulsos Índia. Cx. 38/ Doc. 23, 17 mar. 1653.

AHU - Consultas do Conselho da Fazenda, 211, 6 jul. 1652, pp. 256. Publicado por

AHU - Luisa da Fonseca. Cx. 9/Doc. 1088, 16 dez. 1644.

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo: Documentos remetidos da Índia, v. 60, f. 279v.

- Biblioteca da Ajuda: 51-VIII-29. 12 dez. 1652 e janeiro de 1653. 247v-250v.

FONTES IMPRESSAS

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico...* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728.

PISSURLENCAR, P. S. S. (coord.). *Assentos do Conselho de Estado*, vol. III (1644-1658), Bastorá: Goa, 1955, documentos: 128, 136, 137, 138.

VIEIRA, Padre Antônio. “Sermão da terceira domingo da Quaresma”. Na capela Real. Ano 1655. In: *Sermões*. Org. Alcir Pécora. São Paulo: Hedra, 2001, p.158.

BIBLIOGRAFIA

AMES, Glenn J. *Renascent empire? The house of bragança and the quest for stability in portuguese monsoons Asia*, c. 1640-1683. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2000.

BIEDERMANN, Zoltán. *The Portuguese in Sri Lanka and South India: studies in the history of diplomacy, empire and trade, 1500-1650*. Harrassowitz verlag: Wiesbaden, 2014. p. 150-163.

BLANCO, Maria Manuela Sobral. “Relação de todo o dinheiro que se fez na venda dos cargos das fortalezas que se venderam por ordem de Sua Majestade neste Estado da Índia (1639), feita por Gregório de Pinna”. Op. Cit. 1992, pp. 1-5.

BOXER, Charles Halph. *O império marítimo português (1415-1825)*. Lisboa: Edições 70, 2000.

_____. *Os holandeses no Brasil*. Recife: CETE, 2004. p. 264-265.

CARDIM, Pedro; MIRANDA, Susana Münch. A expansão da coroa portuguesa e o estudo político dos territórios. In: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. v. 2, p. 69-70.

DISNEY, Anthony. *História de Portugal e do Império Português*. Lisboa: Guerra e Paz, 2011. 2 v.

_____. *A decadência do Império da pimenta: comércio português na Índia no início do século XVII*. Lisboa: Edições 70, 1981.p. 29.

DORÉ, Andréa. *Sitiados: os cercos às fortalezas portuguesas na Índia (1498-1622)*. São Paulo: Alameda, 2010.

FIGUEIREDO, Luciano Raposo de Almeida. O império em apuros: notas para o estudo das alterações ultramarinas e das práticas políticas no Império colonial português. In: FURTADO, Júnia (org.). *Diálogos oceânicos: Minas Gerais e as novas abordagens para uma história do Império Ultramarino Português*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001. p. 320-354.

_____. Antônio Rodrigues da Costa e os muitos perigos de vassallos aborrecidos (nota a respeito de um parecer do Conselho Ultramarino, 1732). In: VAINFAS, Ronaldo; SANTOS, Georgina Silva dos; NEVES, Guilherme Pereira da (org.). *Retratos do império: trajetórias individuais no mundo português nos séculos XVI a XIX*. Niterói: EdUFF, 2006. p. 187-203. p. 191.

FITZLER, Mathilda A. *O cerco de Colombo: últimos dias do domínio português em Ceilão: rompimento das hostilidades pelos holandeses até à rendição de Colombo (1652-1656)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

FLORES, Jorge. *Os portugueses e o mar de Ceilão: trato, diplomacia e guerra (1498-1543)*. Lisboa: Edições Cosmos e Jorge Manuel Flores, 1998.

HESPANHA, Antônio Manuel; SANTOS, Maria Catarina. Os poderes num império oceânico. In: HESPANHA, Antônio Manuel (coord.). *História de Portugal: o antigo regime (1620-1807)*. Lisboa: Estampa, 1998. v. 4. p. 351-366.

LOMBARD, Denys. "Le concept d'empire em Asie du Sud-Est". In: *Concept d'Empire*. DUVERGER, Maurice. (Org.) Paris: Presses Universitaires de France, 1980.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O negócio do Brasil: Portugal, os Países Baixos e o Nordeste, 1641-1669*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

OLIVEIRA, Antônio de. *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa: Difel, 1991.

SANTOS, Catarina Madeira. *Goa é a chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia (1505-1570)*. Lisboa: CNCDP, 1999, p. 38-42

SOUZA, Teotonio R. *Goa Medieval: a cidade e o interior no século XVII*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. *O império asiático português, 1500-1700: uma história política e econômica*. Lisboa: Difel, 1993, p. 16-17.

THOMAZ, Luís Felipe. *De Ceuta a Timor*. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

WINIUS, George Davison. *The fatal history of portuguese Ceylon: transition to dutch rule*. Massachusetts: Harvard University Press, 1971.

NOTAS

¹ Uma contraposição entre as ideias de "rede" e "espaço" foi feita primeiramente por Maurice Duverger (DUVERGER, 1980 apud THOMAZ, 1994, Pp. 207-210) ao tratar do Mediterrâneo e, em seguida, por Denys Lombard no contexto sudeste da Ásia. (LOMBARD, 1972).

² A feitoria de Cochim, erguida por Vasco da Gama em sua segunda viagem à Índia em 1502, fazia parte da costa ocidental indiana, região produtora de arroz e coconote, e pertencente à região que seria chamada pelos europeus de Malabar, juntamente com as cidades de Cananor, Calecute e Quíloa. Nessa região as águas calmas favoreceram a navegação costeira e ribeirinha, fazendo com que Cochim oferecesse um bom porto, fator fundamental para o escoamento de pimenta (DISNEY, 1981, pp. 13-28; SUBRAHMANYAM, 1993, pp. 82-84).

³ Segundo Bluteau, por monção compreende-se “[...] o vento geral, com que em certos tempos se navega a certas partes, & não a outras, como o he de Goa para Comorim depois de entrado Setembro; de Malaca para Goa depois dos dez de Fevereiro, até o fim de abril; do Japão para a Índia no mes de Outubro, & do Japão para a China no mes de Março, de Cochim para o Japão no fim de abril; de Ormuz para Goa aos 15 de Abril ou aos 25 de Dezembro [...]”. (BLUTEAU, 1712-1728. 8 v. Disponível em <<http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/1/monção>>. Acesso em: 12 jul. 2016).

⁴ Os portugueses entraram em contato com os mongóis quando o rei Akbar anexou Guzerate (região na qual se localizava a “a coluna vertebral dos interesses portugueses no oriente”, ou seja: as possessões de Baçaim, Diu e Damão) ao seu império em 1573 e tentou conquistar a amizade dos portugueses explorando seu zelo proselitista. As intenções de Akbar eram de fazer um jogo político com os portugueses, mas mesmo após descobrirem as verdadeiras intenções dos mongóis, os portugueses, e em especial os jesuítas, continuaram a estabelecer contatos por conta do vasto poder do Império mongol. A manutenção das relações entre portugueses e mongóis era o resultado da consciência da vulnerabilidade dos fortes dos primeiros na costa ocidental frente ao Império mongol, que constituiu a maior força militar indiatíca enfrentada pelos portugueses. Após a morte de Akbar, o relacionamento entre os portugueses e seus sucessores foi tenso em diversas ocasiões (SOUZA, 1993, p. 31).

⁵ A expressão “locais” faz menção ao Irã, Tokugawa (Japão) e ao Império mongol (para falar dos maiores adversários). Em escala menor, Bijapur, Kandy, Ikkeri; Achém, Johor (DISNEY, 2011, v. 2, p. 271).

⁶ De acordo com Evaldo Cabral de Mello, após a Restauração portuguesa, eram três as tarefas a serem enfrentadas por D. João IV: A primeira delas, no contexto europeu visava o “reconhecimento do Reino e do trono; a segunda, na Península Ibérica, a defesa das fronteiras [...]”; e a terceira, no ultramar, a reivindicação das colônias que, na América, na África e na Ásia, haviam sido perdidas para os Países Baixos [...]” (MELLO, 2003, p. 23).

⁷ AHU, LF. Cx. 9/Doc. 1088, 16 dez. 1644.

⁸ AHM, Cartas de D. João IV para o Conde de Óbidos, governador do Algarve acerca da Armada para o Brasil. 1 / 2 / 1 / 44. Alcântara, 16 jul. 1647.

⁹ Tuticorim era uma cidade na costa da pescaria povoada por Paravas convertidos ao cristianismo (SUBRAHMANYAM, 1993, p. 235).

¹⁰ AHG. Livro das Monções, N. 22 A, fl. 94, 23 fev. 1652.

¹¹ AHU – Consultas do Conselho da Fazenda, 211, 6 jul. 1652, pp. 256 (BLANCO, 1992, v. 2, p. 644).

¹² AHG-Livro das Monções, N. 24 (2200 cota nova), f. 5. 23 jan. 1654. O documento é duplicado em AHU-Cartas da Índia, Cod. 208, p. 232v.

¹³ AHG. Livro das Monções, n. 22 A, fl. 95, 22 jan. 1653. Juntamente com essa carta o Conde de Óbidos enviou uma cópia da carta do ouvidor-geral, João Álvares Carrilho, que investigou o processo. AHG. Livro das Monções, n. 22 A, fl. 96-98, 20 nov. 1652.

¹⁴ Manuel Mascarenhas Homem era casado em Columbo onde vivia com D. Antônia Pimentel. Ali estavam também seus filhos, sobrinhos e outros parentes.

¹⁵ ANTT-Documentos remetidos da Índia, v. 60, f. 279v. Citado por WINIUS, 1971, p. 124.

¹⁶ AHG-Livro das Monções, n. 22 B, f. 415-415v, 11 nov. 1652. Ver também: AHG-Livro das Monções, N. 22 B, f. 416-417v, 12 nov. 1652.

¹⁷ É importante notar que os portugueses foram cercados inúmeras vezes durante a sua presença na Índia e que o cerco foi a forma mais comum de perda das praças. Sobre o assunto, ver: DORÉ, 2010. Obra que analisa os cercos como centro da questão para compreender a presença portuguesa na Ásia. AHG - Livro das Monções, n. 22 B, f. 418-419v, 11 nov. 1652.

¹⁸ BA-51-VIII-29. Cartas de Antônia Pimentel, mulher de Manuel Mascarenhas Homem – Capitão-geral de Ceilão, 12 dez. 1652 e janeiro de 1653. 247v-250v. AHU – Avulsos Índia. Cx. 38/ Doc. 23 (O referido documento possui dois anexos que chamarei de A e B). Anexo B, 17 mar. 1653.

¹⁹ Assim como Ceilão possuía um lugar de destaque nas receitas do Estado, a cidade de Ormuz ocupava um lugar estratégico por ser o porto que abastecia as rotas por Baçorá e Bagdade, Isfahan e o planalto iraniano com bens provenientes do Oriente. Por isso, no ano de 1614, quando se deu a venda de cargos na Ásia portuguesa, um dos cargos mais lucrativos vendidos naquele leilão foi o de capitão daquela cidade comprado por D. Luis da Gama (irmão do Conde da Vidigueira, que fora duas vezes vice-rei da Índia) por 145.000 xerafins (SUBRAHMANYAM, 1993, pp. 220-221).

²⁰ Os oficiais sugeridos pelo Conde de Óbidos eram: Francisco Barreto, Luís da Silva Teles, D. Pedro de Alencastre, Manuel Henriques e Manuel Saldanha. AHG. Livro das Monções, v. 22 A, f. 423, 23 jan. 1653.

²¹ Antônio de Sousa Coutinho foi governador interino do Estado da Índia juntamente com Francisco de Melo e Castro e Frei Francisco dos Mártires, entre 1650 e 1652.

²² Sobre D. Gilianes de Noronha recaiu a sentença de uma devassa feita ainda no tempo de D. Filipe de Mascarenhas a respeito do acordo de paz com o rei da Arábia de que resultou a perda de Mascate. AHU-Livro das Monções, n. 22 A, fl. 217-219, 6 mar. 1652; 12 mar. 1653; 23 jan. 1653.

²³ Francisco de Melo e Castro foi governador interino do Estado da Índia juntamente com Antônio de Sousa Coutinho e Frei Francisco dos Mártires, entre 1650 e 1652.

²⁴ A região do Canará se localizava na costa ocidental da Índia, entre o Malabar e Concão, sendo composta pelas fortalezas de Onor (atualmente Honavar), Mangalore e Barcelore. Onor transformou-se no principal porto de exportação de pimenta do Canará durante parte da primeira metade do século XVII. Já Mangalore e Barcelore abasteciam a capital do vice-reino de arroz (DISNEY, 1981, p. 16).

²⁵ AHG-Livro das Monções, n. 23B (2199 cota nova), f. 281-288v, 19 out. 1653.

²⁶ "Relação do cerco que os holandeses, e com o rei de Candia passaram à cidade de Columbo, sendo capitão geral dessa ilha Antônio de Sousa Coutinho em setembro de 1655". Publicado por: FITZLER, 1928, pp. 145-194.

²⁷ A guerra interna no império espanhol era um fator de grande importância para garantir um desvio do foco e a necessidade de divisão de forças por parte dos espanhóis na luta contra os portugueses.

²⁸ Grifos meus. AHM, Cartas de D. João IV para o Conde de Óbidos, governador do Algarve acerca da Armada para o Brasil. 1 / 2 / 1 / 44. Alcântara, 16 jul.1647.

²⁹ AHG - Livro das Monções, n. 23 B, Fls. 261-262, 21 mar. 1653.